



Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 268  
Processo Adm Nº 040/2021 6  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

**PARECER JURÍDICO** Concorrência nº **001/2021**

**Do: Procurador Geral da Câmara Municipal**

**Ao Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

**Assunto:** Licitação - Concorrência n. **008/2021.**

**Objeto:** É objeto da presente Licitação a "Contratação de empresa para prestação de serviços profissionais de publicidade e propaganda à Câmara Municipal de Açailândia - Maranhão, pela forma indireta e caracterizada no Anexo IV deste Edital, que contém o Briefing Básico de Propaganda e Publicidade pretendido pela Câmara Municipal de Açailândia - MA.

Os serviços compreenderão o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação. Os serviços que compõem esta Licitação serão prestados à Câmara Municipal de Açailândia, integrando 01 (um) único grupo, cujos serviços a serem contratados serão objeto de Ordens de Serviço Específicas.

Nas contratações de serviços de publicidade, poderão ser incluídos como atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

I - Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no Art. 3º da Lei 12.232/2010;

II - À produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

III - à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à



Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 269  
Processo Adm Nº 04012026  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ: 12.143.442/0001-76

expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

As pesquisas e avaliações previstas no item 1.4 terão a finalidade específica de aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a veiculação e de possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias realizadas em decorrência da execução do contrato.

A Agência atuará por conta e ordem do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia - MA, em conformidade com o artigo 3º da lei 4.680/65 e Decreto 57.690/66 na contratação de:

- a) fornecedores de serviços de produção especializados ou não, necessários à execução técnica das peças, campanhas, materiais e demais serviços conexos;
- b) veículos e outros meios de divulgação para a compra de tempo e espaços publicitários, sem qualquer restrição de mídia.

#### **Sr. Presidente da Comissão Permanente de Licitação,**

Após análise de mídia encaminhada pela Comissão Permanente de Licitação a esta Procuradoria, sobre possível desclassificação da empresa D.M.R. Publicidades, juntamente com cópia dos e-mails das empresas H M do Nascimento Eireli e Açai Mídia Assessoria e Marketing Ltda – ME, fiz a análise dos fatos conforme abaixo;

#### **SÍNTESE DOS FATOS:**

Trata-se de parecer elaborado para responder solicitação de análise jurídica, formulada pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação, acerca de **DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPONENTE**, pelo descumprimento de instrumento convocatório especificamente no artigo 11:

#### **11 - DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

11.1 - Serão realizadas sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação em vigor, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes. A comissão informa que qualquer tentativa





Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 270  
Processo Adm Nº 04012021 6  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ: 12.143.442/0001-76

de licitante influenciar a Comissão Permanente de Licitação – CPL ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das propostas ou no decorrer das sessões tentar manipular ou forçar uma forma de realizar o certame sem ser a que está previsto no Edital resultará em sua desclassificação.

11.1.1 - A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos no subitem 4.1 deste Edital e terá a seguinte pauta inicial:

11.1.2 - A Comissão Permanente de Licitação receberá os 4 envelopes por meio do representante legal de cada licitante, portando seu documento de identidade juntamente com o credenciamento, colhendo suas assinaturas na lista de presença.

11.2 - Após recebidos todos os envelopes de todas as licitantes, eles serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos Licitantes, ou Comissão por eles nomeada. A Comissão Permanente de Licitação apresentará então o envelope nº1 (não identificado), aos representantes das Licitantes, facultando-se aos mesmos o seu exame externo, afim de que observem se existe algo que identifique a empresa licitante, se presente, a Comissão não receberá os demais envelopes da licitante identificada, registrando-se em ata as anotações por acaso existentes.

Logo no caput do artigo 11 parte b, é notório quando o legislador realiza orientação acerca dos procedimentos dignos de desclassificação (influência e manipulação), que praticado por licitante resultará em sua **DESCLASIFICAÇÃO**.

Após análise de fato e de direito essa Procuradoria Geral, é nítido a tentativa de influência e manipulação da licitante, uma vez que durante 13 minutos e 15 segundos, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação o Sr. Shelton Oliveira, tenta impedir que a proponente quebre o sigilo da proposta (invólucro 1 via não identificada), sem sucesso, ou seja, a proponente usa de atribuições próprias, não permitidas nessa fase do certame, e aponta possíveis violações editalícias pelas suas concorrentes, causando desta forma e de forma direta influência sobre o julgamento da subcomissão técnica que irá avaliar as propostas, ou seja, a subcomissão técnica escolhida através de sorteio e regras e normas do processo específico onde trata do sorteio da subcomissão técnica, desta forma pela justificativa da sessão estar sendo transmitida on-line, ou seja, qualquer tentativa de identificação do invólucro 1 (via não identificada), estaria causando influência sobre as análises que será feita pela subcomissão técnica.



**Câmara Municipal de Açailândia**  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 271  
Processo Adm Nº 04012021  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ: 12.143.442/0001-76

## CONCLUSÃO

Diante o exposto, e, em razão da consulta realizada, entende-se que a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da empresa D.M.R. Publicidade se faz necessário devido descumprimento expresso do instrumento convocatório especificamente o artigo 11 do mesmo.

Assim, cumprida as exigências legais no presente procedimento licitatório, no nosso entendimento o mesmo deve ser encaminhado ao Presidente da Comissão de Licitação para que notifique os proponentes e prossiga com a **DESCCLASSIFICAÇÃO** da empresa D.M.R. Publicidade.

Este é nosso entendimento jurídico.

É o parecer.

Para apreciação da Autoridade Superior.

Açailândia 10 de setembro de 2021

\_\_\_\_\_  
Ricardo Melo e Silva  
Procurador da Câmara Municipal  
**Portaria nº 004/2021**





Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 279  
Processo Adm Nº 0401/2021 6  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ: 12.143.442/0001-76

**PARECER CONCLUSIVO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA Nº 001/2021**

**Assunto:** Desclassificação de Licitante D.M.R. Publicidades.

**Objeto:** É objeto da presente Licitação a "Contratação de empresa para prestação de serviços profissionais de publicidade e propaganda à Câmara Municipal de Açailândia - Maranhão, pela forma indireta e caracterizada no Anexo IV deste Edital, que contém o Briefing Básico de Propaganda e Publicidade pretendido pela Câmara Municipal de Açailândia - MA.

Os serviços compreenderão o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação. Os serviços que compõem esta Licitação serão prestados à Câmara Municipal de Açailândia, integrando 01 (um) único grupo, cujos serviços a serem contratados serão objeto de Ordens de Serviço Específicas.

Nas contratações de serviços de publicidade, poderão ser incluídos como atividades complementares os serviços especializados pertinentes:

- I - Ao planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no Art. 3º da Lei 12.232/2010;
- II - À produção e à execução técnica das peças e projetos publicitários criados;
- III - à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

As pesquisas e avaliações previstas no item 1.4 terão a finalidade específica de aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e a veiculação e de possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias realizadas em decorrência da execução do contrato.

A Agência atuará por conta e ordem do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Açailândia - MA, em conformidade com o artigo 3º da lei 4.680/65 e Decreto 57.690/66 na contratação de:

- a) fornecedores de serviços de produção especializados ou não, necessários à execução técnica das peças, campanhas, materiais e demais serviços conexos;
- b) veículos e outros meios de divulgação para a compra de tempo e espaços publicitários, sem qualquer restrição de mídia.

**Após análise e verificação de mídia ficou concluído:**





Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 273  
Processo Adm Nº 04012021  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Sem dúvida trata-se de quebra de sigilo de Proposta. Não contrário Lei de Acesso à Informação, Lei 12.527/2011: Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: VI – informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e, todavia, em que pese a insistência do legislador em reforçar o princípio da publicidade, esta não é absoluta, pois a proposta do licitante, até a sua **regular abertura, é considerada sigilosa**, como ordena o § 3º de art. 3º da Lei 8.666/1993: § 3º A licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, **salvo quanto ao conteúdo das propostas**, até a respectiva abertura e que devassar o sigilo da proposta é crime, tal qual rege o art. 94 da Lei 8.666/1993, com pena prevista de detenção de dois a três anos, e multa.

A quebra do sigilo da proposta pode ocorrer **de forma intencional** com a participação de concorrentes agindo em conluio, com ou sem o conhecimento da Administração, ou também pode ser devassado o sigilo das propostas por algum agente da Administração, para favorecer um determinado licitante. Em qualquer caso, devem ser adotadas as medidas cabíveis para coibir essas práticas ilegais, mas a quebra do sigilo da proposta também pode ocorrer **de forma acidental**, quando, por exemplo, o envelope de proposta de uma licitação é aberto na sessão de outro certame, ou mesmo quando uma proposta é aberta ainda na fase de habilitação, nos casos em que a habilitação precede a classificação das propostas. Todavia não foi o que ocorreu, “eu mesmo como Presidente da Comissão Permanente de Licitação do preterido Certame Concorrência 001/2021, tentei desde o princípio manter o sigilo da proposta do plano de comunicação publicitária (Invólucro 1 via não identificada), deixando claro que pelo fato da transmissão on-line, de forma alguma iríamos descumprir o que diz a Lei Federal 12.232/2010: Art. 11. Os invólucros com as propostas técnicas e de preços serão entregues à comissão permanente ou especial na data, local e horário determinados no instrumento convocatório: § 1º **Os integrantes da subcomissão técnica não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos invólucros com as propostas técnicas e de preços**; § 2º Os invólucros padronizados com a via não identificada do plano de comunicação publicitária só serão recebidos pela comissão permanente ou especial se não apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a licitante; § 3º **A comissão permanente ou especial não lançará nenhum código, sinal ou marca nos invólucros padronizados nem nos documentos que compõem a via não identificada do plano de comunicação publicitária**. Fato este que não aconteceu por parte da D.M.R. Publicidade, mesmo orientada a não lançar qualquer marca, sinal mesmo que por apontamento verbal, isso não poderia, todavia, a representante da empresa D.M.R. Publicidade descumprir como demonstrado na mídia anexa ao processo, ou seja, o descumprimento tanto da Lei Federal 12.232/2010 e o Instrumento Convocatório Concorrência 001/2021:

## 11 - DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

11.1 - Serão realizadas sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação em vigor, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes





Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 244  
Processo Adm Nº 0401.2021.6  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ: 12.143.442/0001-76

presentes. A comissão informa que qualquer tentativa de licitante influenciar a Comissão Permanente de Licitação – CPL ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das propostas ou no decorrer das sessões tentar manipular ou forçar uma forma de realizar o certame sem ser a que está previsto no Edital resultará em sua desclassificação.

11.1.1 - A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos no subitem 4.1 deste Edital e terá a seguinte pauta inicial:

11.1.2 - A Comissão Permanente de Licitação receberá os 4 envelopes por meio do representante legal de cada licitante, portando seu documento de identidade juntamente com o credenciamento, colhendo suas assinaturas na lista de presença.

11.2 - Após recebidos todos os envelopes de todas as licitantes, eles serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos Licitantes, ou Comissão por eles nomeada. A Comissão Permanente de Licitação apresentará então o envelope nº1 (não identificado), aos representantes das Licitantes, facultando-se aos mesmos o seu exame externo, afim de que observem se existe algo que identifique a empresa licitante, se presente, a Comissão não receberá os demais envelopes da licitante identificada, registrando-se em ata as anotações por acaso existentes.

#### SÍNTESE DOS FATOS:

Trata-se de quebra de sigilo da proposta (Plano de Comunicação Publicitária Invólucro 1 Via não identificada) artigo 11:

Logo no caput do artigo 11 parte b, é notório quando o legislador realiza orientação acerca dos procedimentos dignos de desclassificação (influência e manipulação), que praticado por licitante resultará em sua **DESCLASSIFICAÇÃO**.

#### CONCLUSÃO

Diante o exposto, e, em razão da consulta realizada, entende-se que a **DESCLASSIFICAÇÃO** da empresa D.M.R. Publicidade se faz necessário devido descumprimento expresso do instrumento convocatório especificamente o artigo 11 do mesmo.



Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 275  
Processo Adm Nº 04012021  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Assim, cumprida as exigências legais no presente procedimento licitatório, no nosso entendimento o mesmo a Licitante D. M. R. Publicidade será **DESCCLASSIFICADA**.

É o parecer.

Açailândia 10 de setembro de 2021

Shelton Barbosa Oliveira  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
**CMAÇ/Portaria nº 193/2021**

Guilherme Rodrigues da Silva  
Secretário e Relator  
**CMAÇ/Portaria nº 145/2021**

Rua Ceará nº 662, Centro Açailândia - Maranhão





Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 276  
Processo Adm Nº 040/2021  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**REFERENTE.: 1ª SESSÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2021**

**Assunto: DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE.**

Considerando o Processo nº 040/2021, que versa acerca do procedimento licitatório de CONCORRÊNCIA 001/2021, que possui como objeto a "Contratação de empresa para prestação de serviços profissionais de publicidade e propaganda, onde compreenderão o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação;

2. Considerando que diante da manifestação intempestiva da licitante D.M.R. Publicidades para realizar apontamentos verbais, sendo orientada pelo Presidente da Comissão de Licitação o Sr. Shelton Oliveira a não o fazer e mesmo assim realiza os apontamentos que identifica as proponentes quebrando o sigilo da proposta;

3. Considerando que a D.M.R. Publicidades, descumpre integralmente o artigo 11 do edital onde o mesmo informa:

**11 - DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

11.1 - Serão realizadas sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação em vigor, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes. **A comissão informa que qualquer tentativa de licitante influenciar a Comissão Permanente de Licitação – CPL ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das propostas ou no decorrer das sessões tentar manipular ou forçar uma forma de realizar o certame sem ser a que está previsto no Edital resultará em sua desclassificação.**

Como é notório o legislador ao informar que qualquer tentativa de influência resulta em desclassificação, haja vista, análise dos fatos por mídia concluo o parecer opinando pela desclassificação da empresa: D.M.R. Publicidades;

Açailândia 9 de setembro de 2021

*Vilanilde Oliveira de Sá Chaves.*

Vilanilde Oliveira de Sá Chaves  
Membra da CPL - CMAÇ  
Portaria nº 145/2021

Rua Ceará nº 662, Centro Açailândia - Maranhão





Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 277  
Processo Adm Nº 04012021 6  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ: 12.143.442/0001-76

**PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**REFERENTE.: 1ª SESSÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2021**

**Assunto: DESCLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE.**

Reza o subitem do instrumento convocatório 4.1, a.9) - A inobservância destas instruções acarretará a desclassificação da licitante.

“ IV - o plano de comunicação publicitária previsto no inciso III será apresentado em 2 (duas) vias, uma sem a identificação de sua autoria e outra com a identificação;

Ocorre que na sessão pública realizada dia 6 de setembro de 2021, cujo objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços profissionais de publicidade e propaganda à Câmara Municipal de Açailândia, mediante diversas orientações do Presidente da Comissão Permanente de Licitação o Sr. Shelton Oliveira, para que a representante da empresa D.M.R. Publicidades, não realizasse apontamentos verbais no momento da vista do invólucro 1 (via não identificada), sendo totalmente em vão, uma vez que a representante insistiu intempestivamente para fazer os apontamentos verbais e que constasse em ata, ferindo totalmente o que reza a lei federal 12.232/2010, para que o sigilo seja mantido para que a subcomissão técnica não seja influenciada no seu julgamento, mesmo assim a representante fez os apontamento na vista que eu fiz a mídia, onde claramente verifico a tentativa por parte da representante da empresa D.M.R. Publicidades.

3. Considerando que a D.M.R. Publicidades, descumpre integralmente o artigo 11 do edital onde o mesmo informa:

**11 - DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS**

11.1 - Serão realizadas sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação em vigor, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes. **A comissão informa que qualquer tentativa de licitante influenciar a Comissão Permanente de Licitação – CPL ou a Subcomissão Técnica no processo de julgamento das propostas ou no decorrer das sessões tentar manipular ou forçar uma forma de realizar o certame sem ser a que está previsto no Edital resultará em sua desclassificação.**

*Oludomf.*





**Câmara Municipal de Açailândia**  
CNPJ nº 12.143.442/0001-76

Folha Nº 278  
Processo Adm Nº 04012021  
Câmara Municipal de Açailândia  
CNPJ: 12.143.442/0001-76

Como é notório o legislador ao informar que qualquer tentativa de influência resulta em desclassificação, haja vista, análise dos fatos por mídia concluo o parecer opinando pela desclassificação da empresa: D.M.R. Publicidades;

Açailândia 9 de setembro de 2021

*Claudiana Ferreira Lima*

Claudiana Ferreira Lima  
Membra da CPL - CMAÇ  
Portaria nº 145/2021